

Sérgio Etchegoyen critica documento do colegiado que investigou crimes ocorridos na ditadura; é a primeira manifestação de um integrante do Alto Comando do Exército a condenar o grupo

Tânia Monteiro - O Estado de S. Paulo

Brasília - O general de Exército da ativa, Sérgio Etchegoyen, chefe do Departamento Geral do Pessoal, assina nota, em conjunto com a sua família, repudiando o relatório divulgado nessa quarta-feira, 10, pela Comissão Nacional da Verdade e classificando seu trabalho como "leviano". No documento, obtido com exclusividade pelo Estado, a Comissão responsabilizou o pai do atual chefe do DGP, o general Leo Guedes Etchegoyen, e outros 376 civis e militares, por violações de direitos humanos durante o governo militar, sem apontar os fatos que teriam levado às acusações.

"Ao apresentar seu nome, acompanhado de apenas três das muitas funções que desempenhou a serviço do Brasil, sem qualquer vinculação a fatos ou vítimas, os integrantes da CNV deixaram clara a natureza leviana de suas investigações e explicitaram o propósito de seu trabalho, qual seja o de puramente denegrir", diz a nota. "Ao investirem contra um cidadão já falecido, sem qualquer possibilidade de defesa, instituíram a covardia como norma e a perversidade como técnica acusatória", prossegue a nota, acrescentando que, "no seu patético esforço para reescrever a história, a CNV apontou um culpado para um crime que não identifica, sem qualquer respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa". A família estuda formas de entrar na Justiça contra o relatório da comissão.

Comissão da Verdade

Coordenador da Comissão da Verdade, Pedro Dallari, entrega relatório final à presidente Dilma Rousseff

Ed Ferreira/Estadão

Esta é a primeira manifestação de um general da ativa, que integra ao Alto Comando do Exército, a condenar a conduta da Comissão Nacional da Verdade. O Comandante do Exército, general Enzo Peri, foi comunicado pelo general Etchegoyen da decisão da família de responder às acusações. Oficiais da ativa não costumam se pronunciar em relação a questões políticas, por conta de restrições impostas pelo Regulamento Disciplinar do Exército, deixando este papel, normalmente para os militares da reserva.

Desta vez, no entanto, o repúdio, do general veio em forma de uma nota de desabafo, de uma família que se considera atingida pela comissão, o que é, no mínimo, inédito. Oficiais consultados pelo Estado consideraram "legítima" a forma usada pelo general Etchegoyen e há preocupação de que outras manifestações aconteçam.

O general Etchegoyen já esteve envolvido em outro episódio em defesa do pai, que lhe custou 15 dias de prisão, em outubro de 1983, quando era capitão subcomandante do 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, localizado em Brasília. O então capitão de 31 anos reagiu às acusações à época comandante Militar do Planalto, general Newton Cruz, que convocou uma reunião com todos os cerca de 200 oficiais da área para atacar o funcionamento do Congresso e classificar como "incompetente", "frustrado" e "mau caráter" quem comparecesse às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) da Câmara ou do Senado para prestar de depoimentos. Na época, o Congresso noticiara que convocaria o então general da reserva Leo Etchegoyen, pai do hoje chefe do DGP, para depor sobre a possibilidade de serem devassadas contas bancárias sigilosas de brasileiros em bancos da Suíça, que Leo Etchegoyen, quando era adido militar na Suíça, constatou que era possível, desde que o governo brasileiro solicitasse a providência. Só que o pedido nunca chegou.

Diante das críticas indiretas ao seu pai, o então capitão Etchegoyen, interrompeu a palestra do todo poderoso general Newton Cruz, avisando que entre os que iriam depor estava seu pai. O general Newton Cruz disse que não sabia e foi contestado mais uma vez pelo capitão que lembrou que não tinha como ele não saber porque aquilo estava sendo amplamente noticiado e afirmou que não admitia que a honra e a dignidade de seu pai fossem atacadas. Recebeu voz de prisão de oito dias, ampliada em mais sete, depois, por ter recorrido contra a punição.

A íntegra da carta da família Etchegoyen, contra a Comissão Nacional da Verdade:

A comissão nacional da verdade (CNV) divulgou ontem seu relatório final, onde relaciona 377 nomes sob a qualificação de "autores de graves violações de direitos humanos". Nela consta o

nome de Leo Guedes Etchegoyen.

Sobre o fato, nós, viúva e filhos, manifestamos a nossa opinião.

Jamais fomos contatados por qualquer integrante ou representante daquela comissão, nem o Exército recebeu qualquer solicitação de informações ou documentos acerca de Leo G. Etchegoyen.

Ao apresentar seu nome, acompanhado de apenas três das muitas funções que desempenhou a serviço do Brasil, sem qualquer vinculação a fatos ou vítimas, os integrantes da CNV deixaram clara a natureza leviana de suas investigações e explicitaram o propósito de seu trabalho, qual seja o de puramente denegrir.

Ao investirem contra um cidadão já falecido, sem qualquer possibilidade de defesa, instituíram a covardia como norma e a perversidade como técnica acusatória.

No seu patético esforço para reescrever a história, a CNV apontou um culpado para um crime que não identifica, sem qualquer respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Leo Guedes Etchegoyen representa a segunda geração de uma família de generais que serve o Brasil, com retidão e patriotismo, há 96 anos.

Seguiremos defendendo sua honrada memória e responsabilizando os levianos que a atacarem.

Porto Alegre, RS , 11 de dezembro de 2014

Lucia Westphalen Etchegoyen, viúva

Sergio Westphalen Etchegoyen, filho

Maria Lucia Westphalen Etchegoyen, filha

Alcides Luiz Westphalen Etchegoyen, filho

Marcos Westphalen Etchegoyen, filho

Roberto Westphalen Etchegoyen, filho

Veja como publicado:

<http://m.estadao.com.br/noticias/politica%2cprimeiro-general-da-ativa-chama-relatorio-da-comissao-da-verdade-de-leviano%2c1605521%2c0.htm>